

A construção do sujeito em Maffesoli e Guattari

Heloisa G. P. Nogueira

Michel Maffesoli e Félix Guattari interpretam e buscam dar significados às questões existenciais e relacionais enfrentadas pelo homem na contemporaneidade. Pode parecer incongruência colocar no mesmo cenário uma discussão sobre tais idéias a partir de autores, afinal, nem tão assemelhados teoricamente. O que me interessa em primeiro lugar é destacar alguns conceitos presentes em ambos os enfoques, percebê-los em sua significância e especificidade e, finalmente, cotejá-los lado a lado num esforço de compreensão intertextual.

Socialidade, subjetividade, intersubjetividade, intra-subjetividade, individualização, singularidade são conceitos presentes em ambas as obras de Michel Maffesoli e Félix Guattari e adquirem, em cada contexto, um status simultaneamente absoluto e relativo. Absoluto no sentido de que o conceito é um todo, totaliza em si seus componentes; mas relativo enquanto um todo fragmentado, porque nunca definitivo. Na verdade, o conceito remete sempre a um problema, que é um mundo possível como condição. No tema tratado, o mundo possível do social é construído pelo ângulo da socialidade, em Maffesoli, e pelos agenciamentos coletivos de enunciação, em Guattari. São conceitos que falam do acontecimento ao nível da textura epidérmica das relações so-

ciais, não da essência, da coisa. Por isso têm a consistência do significado, a pujança do sintagmático, não da referência. Eles são conectivos, vicinais: órgãos de ligação na sintaxe compreensiva do entendimento sobre o social.

Guattari aborda as estruturas culturais contemporâneas pelo princípio da economia do desejo no campo social. A formação do social se constrói, segundo ele, pelo ângulo do confinamento progressivo das subjetividades, pela segregação imposta aos espaços sociais decorrente da manufatura, da produção de uma subjetividade que, por natureza, é industrial, maquinal, essencialmente fabricada. A perspectiva não é mais a da subjetividade como parte de uma superestrutura, decorrente e dependente das estruturas de produção capitalista. Há uma cultura 'capitalística', segundo ele, etnocêntrica, intelectocêntrica, geradora de todos os campos de produção e de expressão semiótica. A subjetividade

é produzida, fabricada, modelada no registro do social, congregando como sistema relacional paroxístico todos os conceitos de cultura: a cultura-valor, a cultura como alma coletiva e a cultura como mercadoria.

O primeiro conceito compreende a categoria da cultura como conotação iluminista - a cultura científica díspare da cultura artística; a cultura erudita, de um lado, a cultura popular, de outro, percebida como excentricidade ou mo-

delo primitivista; o segundo, traduz-se como sinônimo da busca de rompimento, ao final do XIX, do etnocentrismo, em que se admitem dimensões até o momento negadas, de comportamentos sociais diferenciados, especificamente a assimilação de manifestações culturais populares. Finalmente, a cultura como mercadoria, situação esta em que o que está em jogo não é mais a teoria, mas a produção e difusão de bens e 'mercadorias' culturais.

Guattari considera que esses três sentidos semânticos continuam a funcionar e, ao mesmo tempo, complementarmente, na medida em que o próprio sistema gera uma tolerância marginalizada àquilo que ele mesmo renega. É o caso das culturas minoritárias, como por exemplo, os negros, os grupos feministas, os homossexuais etc.. De uma parte, buscam construir agenciamentos de enunciação que produzam um sentido de singularização; de outra, vivem essa subjetividade como uma relação de

alienação, opressão e dependência.

A problemática micropolítica central, para Guattari, não está situada no nível da representação social, como em Maffesoli, no jogo entretecido das relações grupais, mas no nível da subjetividade. Guattari entende que a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção. A esfera da representação corresponde ao campo da ideologia; a subjetivação modelizada envolve comportamentos cujos suportes incluem desde as revoluções científicas, o uso maciço da televisão, da informática, assim como a sensibilidade, a percepção, a memória, as relações sociais, sexuais, a fantasia, o imaginário etc.. São sistemas não mais antropológicos, mas relacionais, psicologizados, porque envolvidos com a natureza infra-humana, infrapsíquica e infrapessoal, que delineiam um conceito de indivíduo serializado, registrado, modelado. Em tal dimensão, o indivíduo somente existe enquanto terminal, como consumidor de subjetividade e instaurador de processos de individualização nos quais se embutem mecanismos de culpa e de infantilização: o indivíduo culpado, segregado perante si mesmo e perante a sociedade, infantilizado pela relação de mediação imposta pelos estados-nações.

Na base da formação dos níveis de individuação, Guattari alicerça os elementos biológicos, sexuais e sócio-econômicos, que, agregados, emprestados, aglomerados em dimensões de diferentes espécies enquanto conceitos de referência da subjetividade capitalística, estruturam funções segregadas e normalizadas. Estes processos produzem os modos das relações humanas até mesmo em suas representações inconscientes, os modos como se trabalha, como se ensina, como se ama, como se fala etc..

A ordem capitalística fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o corpo, com a alimentação, com a idéia de tempo presente, com o passado e com o futuro. Diz Guattari que "o que faz a força da subjetividade capitalística é que ela se produz tanto ao nível dos opressores quanto dos oprimidos" (1993, p.44). Por isso depreende que a questão não mais se limita ao plano da economia política, mas ao da economia subjetiva.

Formação das singularidades

Face aos conceitos de identidade, de

individuação, de referenciação, Guattari contrapõe a reapropriação dos componentes da subjetividade - o "agenciamento dos processos de expressão"- no reconhecimento e incorporação, não no retorno ao idêntico, ao mesmo, na recherche d'un temps perdu, mas na formação de singularidades. O que caracteriza um processo de singularização é que ele seja automodelador: que ele capte os elementos da situação - quer ocorra com o indivíduo ou com o grupo -, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas independentemente dos constructos do poder global. Em outros termos, a liberdade em assumir e viver seus próprios processos em todos os níveis pretendidos, sejam estes existencial, pessoal, interpessoal, intrapessoal ou profissional.

A concepção em preservar uma determinada ordem social é confundida por alguns como a preservação da ordem social enquanto tal, seja qual for a sua natureza. Guattari observa que as pessoas confundem "a preservação de uma determinada figura de si mesmo com a preservação de um si mesmo" (1993, p.63). Similar ênfase deve ser observada quando o foco é sobre as minorias: não como uma questão de identidade cultural a ser mantida como um retorno ao arcaico, mas como uma articulação transversal num processo criador de "devires subjetivos que se instauram através dos indivíduos e dos grupos sociais, porém eles não podem existir em si, e sim como movimento processual..." (Guattari, 1993, p.74).

Necessário aqui clarificar o conceito de identidade e diferenciá-lo da idéia de singularidade. A identidade é um conceito que referencia, circunscreve a realidade conforme quadros de referência. Seleciona, por exemplo, o sexo, a faixa etária, o país de origem etc.. de maneira a classificar normativamente o indivíduo numa série. Conforme Guattari (1993, p.69): "A identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável,(...) mesmo que imaginário". É o que permite e sustenta a geração de estratégias mercadológicas diferenciadas e segmentadas de produção e consumo capitalístico de bens e serviços. "Ela é um meio de auto-identificação num determinado grupo que conjuga seus modos de subjetivação nas relações de segmentaridade social"(Guattari, 1993, p.73).

A singularidade, no entanto, é um conceito existencial; resiste à reificação porque não se objetaliza. Guattari elabora o corpus de sua teoria no propósito de agenciar os processos de singularização das lutas sociais para que não se neutralizem mutuamente; ao contrário, que estes processos se apoiem uns nos outros de maneira a gerar um efeito sinérgico.

A invenção de modos de expressão semiótica de diferentes naturezas culturais constitui, segundo ele, uma espécie de reserva possível de expressividade a qual é preciso incentivar e articular aos modos de expressão dominantes. No entanto, o conceito de identidade cultural e de cultura, para ele, não podem ser tratados na dimensão dos modos tradicionais de representação da subjetividade. A concepção de uma entidade reificada é correlativa à noção de identidade cultural, que implica o par identidade/alteridade. Todas estas noções têm um fundo etnocentrista. Guattari propõe substituir tais termos por "agenciamento de processos de expressão".

Guattari articula, assim, a questão da crise mundial não apenas no nível das semióticas econômicas, mas de todas as semióticas de controle social - sejam de natureza infrapsíquica, infra-humana ou infrapessoal. Ele combina os elementos conceituais a partir de um modelo teórico transversal, que entrecruza elementos da psicanálise, da filosofia, da história e da sociologia à luz da observação dos comportamentos sociais; de fato, ele reelabora a discussão teórica dos modos de produção capitalísticos segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, aplicável tanto às sociedades qualificadas como capitalistas quanto aos países ditos periféricos.

Socialidade em ato

Maffesoli, diferentemente, observa o complexo social e estende seu olhar teórico além e aquém do que chamamos comumente de relações sociais, em direção à socialidade - ao fundamento do estar-junto, à matriz do pertencimento -, categoria marcada pela acentuação das estruturas societais, grupais, fenômenos bastante presentes em períodos sociais decadentes. Maffesoli devolve ao banal, ao cotidiano das relações sociais, o conteúdo da complexa metáfora com que, segundo ele, o sociólogo se defronta na atualidade. Sociedade é, acima de tudo, para ele, comunhão e coesão, prescindindo de estar contida na estreiteza racionalizadora da análise

de estruturas. Contradição, pluralidade e indeterminação encontram-se na raiz de toda mudança e da própria sociedade.

Em vez de apoiar-se num modelo de argumentação crítica do processo de estruturação capitalista, como o faz Guattari, Maffesoli revela preocupação em ressaltar a dinâmica da ambiência “tribal” do contexto social. À lógica dos processos de identificação sexuais, políticos e profissionais mencionados em Guattari, sobrepõe-se o processo de identificação com o grupo - a estruturação da socialidade -, a emergência das redes, dos pequenos grupos - as tribos -, das congregações e dos conjuntos efêmeros. Mais do que uma explicação sistemática, sua abordagem do social é compreensiva.

Ao estabelecer o conceito da socialidade em ato, ou socialidade de base - núcleo de identidade, segundo Lévi-Strauss, patrimônio coletivo para Durkheim -, Maffesoli estende suas bases teóricas em direção a outros conceitos tal como o da subjetividade. Esta categoria funciona como alavanca metodológica através da qual se espelha a alteridade, o olhar para o outro, condição da intersubjetividade. A subjetividade não se vincula ao individualismo; é o substrato organístico que se constrói em ato pessoal e social simultaneamente, e que pode ser extrapolada como conceito para o conjunto das situações humanas num processo de cristalização da socialidade.

Maffesoli vai mais além: o que está em causa é o vaivém constante entre uma intersubjetividade e uma intrasubjetividade. O subjetivo se transcende na fusão com o coletivo, que gera o intra-subjetivo: a geração simultânea e espontânea do processo pluralista, processo de construção das diferenças. Sob tal condição, a subjetividade livra-se da vergonha de precisar ser eliminada, como percebe Guattari: torna-se um trampolim metodológico que viabiliza um olhar mais abrangente sobre a existência societal. O subjetivo pode ser o caminho para se apreender o intersubjetivo, ou seja, o olhar do outro, a alteridade.

A comunicação inclui o non sense

Na propedêutica que examina a ambigüidade fundamental de todo fenômeno humano, Maffesoli percebe a inexistência de antinomia entre o cotidiano e o imaginário. A proposta de examinar atentamente a intensidade da vida diária leva-o a considerar a presença

do social - expresso numa relação com um tempo e com um espaço, inclusivamente imaginários - como amálgama da coesão do conjunto.

Da idéia difusa do tempo vivido social e individualmente como repetição, como ciclo que se renova, se realimenta, e por isso sempre igual, nasce a compreensão de que a alienação, os tempos mortos, os não-tempos, a incoerência não são elementos mortíferos. Como afirma Maffesoli (1984, p.23): “Quando a perspectiva sobre a história não é linear, ficamos livres de buscar uma direção; há ritmos, tempos mortos e sobretudo um non sense e a incoerência.” Aqui o peso de Maffesoli é de fundo existencial-filosófico, ao perceber que a diferença é necessária porque fortifica o trágico. E o trágico traz a emergência dos contrários, da morte oposta à vida, da repetição, da circularidade presente nas práticas ritualísticas. A socialidade em ato nada mais é que a comunicação de emoções, pelo domínio do irreal, do factível, do lúdico presente ao jogo.

“Examinar a intensidade da vida diária deste ponto de vista tem como consequência a relativização da política, porque ao lado dela (do econômico, do ideológico) se enclatrá sempre um social que assegura a coesão do conjunto” (Maffesoli, 1984, p.21).

É a justaposição destes contrários que torna factível o jogo. A comunhão de emoções difundida nos atos mais cotidianos ou cristalizada nos grandes acontecimentos comemorativos é o que funda a vida social ou que faz lembrar sua fundação. O lúdico não é o divertimento de uso privado, mas o efeito e a consequência de toda socialidade em ato.

O espaço modela coercitivamente os hábitos e costumes do dia a dia que, por sua vez, permitem a estruturação comunitária. A pregnância de uma memória espacial como “buracos negros” constitui uma reserva de energia que não pode, segundo Maffesoli, ser subestimada. A carga simbólica desse “buraco” é imensa e a reserva de energia que dela brota funda a relação orgânica que liga a morte e a vida. Daí provém o caráter sagrado aparente no apego à casa, à terra, ao território, aos costumes; o humus favorece a manifestação e o desenvolvimento das raízes, permitindo o crescimento. Assim, diz Maffesoli que o “espaço é a forma a priori do fantástico” (1984, p.54), é o lugar das figurações. Da aceitação da ambigüidade como elemento estrutural

constitutivo do societal decorre essa eufemização do tempo e do espaço que liga organicamente o fantástico ao cotidiano, o amargo ao doce, os rituais da vida à gestão da morte. Porque o gestual coletivo é o resultado da combinação das várias dobras construídas pelas micro-histórias individuais; liberam uma pluralidade de sentimentos e situações que leva em consideração, ao mesmo tempo, a rudeza e a doçura contrabalançadas e neutralizadas pelo tédio, pela tristeza, pela repetição, pela exaltação da vida social.

Por isso a vida social é feita de teatralidade e de contradição. Existe teatralidade porque existe contradição, e se, diz Maffesoli “não houvesse uma aparência das forças de união, as forças centrífugas da contradição conduziram diretamente à morte. É nesse sentido que a teatralidade é uma astúcia que assegura a permanência social”. (1984, p.138). Ao se ritualizar, toda violência que estrutura o social se canaliza e funda o social. Assim, a forma, o gestual, o falso brilho, a aparência não são aspectos secundários e residuais da sociedade, são a expressão da potência social que se esgota no aparecer. O rito, na verdade, realiza uma negociação com o perigoso problema da alteridade. Porque, para Maffesoli, o Outro é ameaçador, embora seja, ao mesmo tempo, fundador.

Conclusões?

O que se percebe comum, no percurso das idéias de Maffesoli e Guattari, é a construção de modelos teóricos que admitem a contradição, a ambigüidade, o paradoxo como condições epistemologicamente naturais. A linearidade na história, o aspecto dual - branco ou preto, certo ou errado, positivo ou negativo -, a busca de um conceito escatológico que explique e elimine a contradição é rompida definitivamente: o paradoxo é assumido no âmago do conceito, em sua estrutura ‘molecular’ (expressão de Guattari). Guattari admite a imbricação de formas de comportamento culturais díspares, contraditórias, construídas em tempos e condições históricas singulares, porém remanescentes e reciprocamente intercambiantes. No espaço de convivência entre a moral estreita do dever ser, existe, diz Maffesoli, um imoralismo dinâmico que traduz uma profunda exigência ética, cujo único sentido é o de viver junto, viver coletivamente. Ambos concedem idêntico grau de importância aos fenômenos culturais marginais e a

fenômenos habitualmente considerados e valorados.

Na verdade, esta é uma das facetas mais visíveis da pós-modernidade: a descoberta de um mundo sem centro fixo, cujo paradoxo está em tornar-se moderno e, simultaneamente, retornar às fontes. O pós-moderno realiza dois movimentos simultâneos: ele reinsere os contextos históricos como sendo significantes, e até determinantes, mas, ao fazê-lo, diz Hutcheon (1988, p.122), problematiza toda a noção de conhecimento histórico. Quando Guattari propõe a geração de processos de singularização, está em discussão a absorção de um contorno histórico adverso em prol de um agenciamento construído pela consciência. A história é absorvida e absolvida em sua perversidade idônea, e a consciência pessoal e grupal re-constrói seus parâmetros referenciais.

Elemento presente em ambas as teorias é o contorno grupal atribuído à organização social, a formação de tribos, de grupos que elaboram uma aura estética no sentido da pulsão comunitária, num movimento de solidariedade orgânica. O livro construído por Rolnik a partir das inúmeras viagens de Guattari demonstra enfaticamente isto, da mesma forma os textos de Maffesoli. A sociedade, em todo o mundo, não mais pode ser examinada do ponto de vista de uma lógica binária da separação, colocando em dois domínios corpo e alma, espírito e matéria, ideologia e produção, indivíduos e coletividades, cultura erudita, cultura popular, enfim, natureza e cultura.

Essas entidades aparentemente preservaram o sentimento frente a um outro, mas esse outro foi internalizado como díspar, concorrente. A abertura para a inclusão dos contrários vem conotar um novo espaço, um local onde se representa esse destino comum. Mesmo os termos contidos nesta ambigüidade encasulam-se em conformidade aos moldes de cada grupo, na persistência de um ethos que os constitui e os explica. A comunidade esgota sua energia em seu próprio ato de criação e recriação. Sua única função é reafirmar o sentimento que um dado grupo tem de si mesmo. Eis o contexto proposto por Guattari. Eis o ritual mencionado em Maffesoli que, ao ser repetitivo, oferece segurança. Ambos, através de mecanismos diferentes, reafirmam o sentimento que os grupos têm de si mesmos no sentido de privilegiar menos aquilo ao que cada um vai aderir voluntariamente a

perspectiva contratual, maquinal) do que aquilo que é emocionalmente comum a todos (a perspectiva orgânica). Pode-se assim afirmar que o imaginário coletivo age mais por contaminação do que por persuasão de uma razão social. É esse vaivém constante entre o ordinário e o singular, que faz da análise da sensibilidade coletiva, em ambos os casos, um instrumento de primeira ordem.

De outra parte, as diferenças na abordagem dos conceitos de subjetivação, individuação e singularização são diferenças de nível, de estamento conceitual, não de essência. Maffesoli examina o social do ponto de vista de suas entranhas, das forças internas sociais que regem os grupos. Guattari contabiliza os créditos e débitos da história ocidental, localiza no modelo capitalístico o esmagamento da idéia de pessoa e propõe a reversão dos indivíduos e grupos, no sentido da consciência e domínio sobre sua reconstrução, acima do objeto maquinal; este o propósito da construção das singularidades. A individuação, a subjetivação, na acepção de Guattari, são conceitos que guardam em si o ocultamento do singular. Maffesoli, de outra parte, utiliza o conceito de subjetivação como alavanca metodológica/base epistemológica para a construção do sujeito, posto que na idéia de sujeito já está contida a do Outro. A natureza torna-se cultura, porque cultura faz-se através da natureza; elementos que se combinam na metástase da alteridade.

Enfim, os esforços de Guattari e Maffesoli, longe de se afastarem de numa opção epistemológica radicalmente antagônica, integram-se e multiplicam-se no sentido de ampliarem ainda mais os significados possíveis a serem atribuídos aos comportamentos sociais contemporâneos.

Bibliografia

- CHÂTELET, François. *Uma história da razão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Edições 34, 1993.
- DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Bordas: Collection Études Supérieures, 1969.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica - Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernis-*

mo. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

_____. *Mito e significado*. Porto: Edições 70, 1978.

MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. *Sociedades complexas e saber orgânico*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, n.108, Interdisciplinaridade, 1992.

_____. *A ecologização do social*. Rio de Janeiro: Palestra proferida no Seminário "O homem, a cidade e a natureza", Casa de Rui Barbosa, mimeo, 1992.

_____. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

* Heloisa G. P. Nogueira é Mestre em Memória Social e Documento pela UniRio e Doutoranda em Literatura Brasileira pela PUC/Rio.